

Burocracia e educação: uma análise a partir de Max Weber

João Alfredo Costa de Campos Melo Júnior¹

Resumo. Cabe a este texto elaborar uma reflexão acerca da burocracia e da educação, tendo como princípio norteador a sociologia compreensiva weberiana. A opção por Max Weber se revela a mais acertada devido à diversidade e à profundidade de sua produção intelectual, incluindo a questão da burocracia. A utilização de Weber servirá como instrumento preciso de análise conceitual sobre a temática aqui proposta. Certamente, o pensador foi um dos principais estudiosos da burocracia, tendo como palco privilegiado a Alemanha na época da Primeira Grande Guerra (1914-1918). É dentro desse fecundo arcabouço teórico que se pretende fazer algumas incursões sobre a educação e a burocracia, tendo com respaldo epistemológico Weber.

Palavras-chave: Burocracia, Educação, Max Weber, Teoria Sociológica.

Bureaucracy and Education: an analysis since Max Weber

Abstract. This paper aims at providing a discussion on bureaucracy and education based on the comprehensive sociology developed by Weber. The choice of Max Weber seems to be the most appropriate due the diversity and depth of his intellectual production, what includes the issue of bureaucracy. The use of Weber should serve as a precise instrument of conceptual analysis on the theme addressed here. Certainly, this thinker has been one of the main scholars on bureaucracy, with focus on Germany at the time of the First World War (1914-1918). It is within such a productive theoretical framework that we intend to provide a few reflections about education and bureaucracy from a Weberian epistemological base.

Key-words: Bureaucracy, Education, Max Weber, Sociological Theory.

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), professor Adjunto da Universidade Federal de Viçosa (UFV) - Campus de Rio Paranaíba. E-mail: João.melo@ufv.br

1 Palavras iniciais

Criador de vasta, complexa e poliforme produção, Max Weber, intelectual pujante e pluridisciplinar, teve como meta acadêmica pensar a modernidade e suas múltiplas consequências. Seus trabalhos destacam-se por sua diversidade empírica e pela sua consistência teórica.

Considerado como um dos articuladores da sociologia, Weber sempre se portou como intelectual devotado às ciências humanas, que soube como poucos fazer, com qualidade, o entrecruzamento das diferentes modalidades de ciências humanas e sociais. Intelectual interdisciplinar, dedicou-se tanto à história, quanto à sociologia, ao direito comercial, à economia e a outras áreas correlatas.

O que mais chama atenção é a inquestionável qualidade e originalidade com as quais Weber tratou as diferentes áreas do conhecimento nas ciências sociais e históricas. Aliás, para ele, a sociologia seria, antes de quaisquer tentativas extras, uma ciência histórica, que deveria ser estruturada teoricamente como contrária ao empirismo puramente descritivo.

Devendo permanecer como uma ciência histórica, a sociologia deveria reivindicar para si conceitos teóricos que permitissem a visualização das regularidades sociais. No entanto, tal pretensão teórica poderia levar apenas ao enunciado de leis abstratas e monotéticas.²

É por esse prisma que Weber procura analisar aspectos da burocracia moderna, tendo a Alemanha da Primeira Grande Guerra (1914-1918) como exemplo prático.

Este texto procura elaborar uma reflexão a partir de categorias empíricas e analiticamente observáveis, como burocracia e educação. As propostas de tais definições serão ancoradas no olhar acadêmico e teórico do sociólogo e historiador alemão Max Weber.

² Weber sempre alertou, posicionando-se contrário à Escola Marginalista Austríaca de Carl Menger (1840-1921), ao afirmar que não seria papel das ciências sociais e humanas (ciências da cultura) estabelecerem leis universais. Ele denunciava que nada mais seria do que ilusões positivistas, a pretensão de fundar as ciências humanas em cima do modelo das ciências da natureza.

2 A burocracia em Weber: apontamentos

A compreensão de Max Weber sobre a burocracia e seus efeitos nos diversos estratos sociais e políticos era radicalmente antagônica àquela apreendida pelo senso-comum. Comumente ela era percebida como a criação de um aparelho super ampliado que tende a dificultar, atrasando as decisões no âmbito da política pública. Em outros termos, corriqueiramente a burocracia é vista como entrave pela lentidão do serviço público.

De outro modo, para Max Weber a burocracia é o exemplo mais bem sucedido da história da administração pública, caracterizada pela eficiência e rapidez na gestão dos negócios públicos. A burocracia é o corpo mais racional e eficaz da ação governamental. Segundo o autor, a forma mais racional de dominação:

É a forma mais racional de exercício de dominação, porque nela se alcança tecnicamente o máximo de rendimento em virtude de precisão, continuidade, disciplina, rigor e confiabilidade, intensidade e extensibilidade dos serviços, e aplicabilidade formalmente universal a todas espécies de tarefas [...] Toda nossa vida cotidiana está encaixada nesse quadro (...) (WEBER, 1999, p. 145).

A citação não deixa margens para questionamentos: Weber encara a burocracia e suas ramificações como, talvez, as mais legítimas e racionais formas de dominação. Ela é fundamental para que o entendimento dos dilemas enfrentados pelos homens em sociedade e no mundo que os cerca seja cada vez mais racionalizado.

Pois bem, é pela imposição da burocracia que o sujeito histórico poderá vivenciar em plenitude sua liberdade individual em sociedade, uma vez que o instrumental burocrático serve como otimizador das organizações administrativas, sejam elas particulares ou públicas, tornando a prestação de serviço mais rápida e eficaz. A educação, pública ou privada, também é considerada como prestação de serviço destinada a um público específico, e, portanto, pelas concepções weberianas, as instituições educacionais também estariam sujeitas aos “tentáculos” da burocracia moderna.

Tendo como pressuposto básico os trabalhos de Weber sobre burocracia, pretende-se analisar como e quais são as contribuições ou os retrocessos do moderno sistema burocrático para a educação. É disso que trata o presente trabalho.

3 Weber e a Querela dos Métodos: possibilidades teóricas

Max Weber (1864-1920) nasce e se forma no período da chamada “querela dos métodos”, cujo debate centrava-se em torno da classificação das ciências e especialmente da autonomia das ciências humanas e sociais (FREUND, 2006). A denominada “Querela dos Métodos” foi o período das primeiras disputas intelectuais em torno do método das Ciências Sociais e Históricas. De um lado, os partidários da teoria positivista que acreditavam na semelhança metodológica entre as ciências humanas e as ciências da natureza; e de outro lado, os antipositivistas, que seguiam a tradição do idealismo alemão, propunham a separação entre as ciências do espírito (como denominavam alguns historicistas) e as ciências da natureza, por perceberem a diferença de métodos entre as duas áreas do conhecimento.

Enquanto os positivistas, extremamente influenciados pela tradição empirista inglesa de Francis Bacon (1561-1626) e particularmente de David Hume (1711-1776), apostavam na similitude entre as metodologias das ciências da natureza com as humanidades e buscavam incessantemente a cientificação do pensamento humano com a intenção de se chegar a resultados objetivos e concretos, aqueles que partilhavam em posição contrária seguiam por outra seara. Há que se ressaltar que o grupo antipositivista também possuía fissuras internas, e é a partir delas que Max Weber constrói sua base metodológica.

Entre os que se colocavam como oposição, Wilhem Dilthey (1833-1911) argumentava que o princípio básico seria a diferença entre os objetos estudados, por isso a construção de estatutos diferentes, um para o reino da natureza e outro para o do espírito. Cada um deles deveria, pois, se dividir em setores autônomos do conhecimento, fracionando assim a realidade empírica.

Mesmo colocando-se completamente favorável e ao lado daqueles que defendiam a sociologia como uma ciência histórica, Weber ao mesmo tempo também colocava algumas interrogações e objeções nas proposições de Dilthey, por entender que este se preocupava demasia-

damente com aspectos psicológicos da vivência empírica dos sujeitos. Weber argumentava que essa metodologia levaria inevitavelmente a um relativismo teórico, como também poderia gerar uma distinção epistemológica redutora entre a explicação, que seria característica das ciências da natureza, e a compreensão que seria, para Weber, resultado das ciências do espírito. A argumentação de Weber mostrava que efetivamente era necessário recusar a aceitação de forma minimizada de causalidade para as ciências sociais e do espírito (FLEURY, 2003).

Outro segmento, também contrário às proposições positivas, mas que negava a possibilidade, tal como propunha Dilthey,³ de divisão da realidade social, tinha como pensadores mais proeminentes, entre outros, Wilhem Windelband⁴ (1848-1915) e Heinrich Rickert⁵ (1863-1936). Ambos acreditavam que a realidade permanece intocável, sempre idêntica a si mesma. As abordagens científicas ocorriam de maneiras variadas, através de métodos de pesquisa diversos. Caberia, pois, ao pesquisador classificá-las através de leis gerais ou de acordo com os fenômenos de suas singularidades. Dessa maneira, conviveriam duas formas distintas de se analisar a realidade social:

Haveria dessa forma duas espécies de métodos principais, um que se pode chamar de generalizante; e outro individualizante. Daí resultam duas categorias fundamentais de ciências que Windelband chama de nomotéticas e idiográficas, e Rickert, ciências da natureza e ciências da cultura (...) (FREUND, 2006, p. 33).

Seria esse o princípio fundador da metodologia de Windelband e Rickert; a preocupação da utilização das ciências monotéticas como base reguladora das construções epistemológicas das ciências da cultura. Gabriel Cohn (2003), citando o próprio Windelband, assim coloca:

³ Dilthey argumentava que as ciências do espírito têm como objeto privilegiado as ações e os comportamentos humanos. Assim, segundo ele, seria possível estabelecer uma atitude de compreensão de dentro do evento, ao contrário das ciências da natureza, em que esse tipo amplo de compreensão seria vetado.

⁴ Windelband foi, entre outros filósofos, difusor da doutrina neokantiana, onde buscava perceber a filosofia como umas das formas da teoria do conhecimento, fundamentando assim as ciências físicas e as humanas na perspectiva idealista kantiana.

⁵ Rickert, discípulo e ex-aluno de Windelband, foi uma das figuras de destaque no neokantianismo alemão dos séculos XIX-XX e um dos articuladores contrários ao historicismo de Dilthey.

Podemos então dizer: as ciências da experiência procuram no conhecimento do real quer o geral, na forma da lei natural, quer o singular, na configuração historicamente determinada. Elas observam num caso o fato sempre idêntico, noutra o conteúdo único do evento real determinado de per se. Uma são ciências de leis, outras são ciências de acontecimentos; aquelas que ensinam o que sempre existe, estas, o que existiu uma vez. O pensamento científico é (...) num caso monotético e noutra idiográfico. Se quisermos ater-nos às expressões usuais podemos falar, nesse sentido, da oposição entre as disciplinas naturais e históricas, desde que se tenha em mente que nessa concepção metodológica a Psicologia deve ser plenamente incluída entre as ciências naturais (WINDELBAND, 1970, p. 224).

Inserido no seio desse debate, Weber, fiel à tradição epistemológica kantiana, argumenta que nenhum método analítico é superior ao outro, portanto, o conhecimento não pode ser encarado como uma simples cópia da realidade vivida e concreta, tanto do ponto de vista de sua extensão, quanto de sua compreensão (FREUND, 2006).

Para ele, a realidade social é múltipla, suas metodologias de análise deveriam também seguir o mesmo padrão, isto é, por existirem diferentes pontos de vista, existem diferentes modalidades de ciência. Entretanto, não servem de modelo à outra, uma vez que cada uma possui seus próprios pressupostos analíticos e epistemológicos.

Para a realização de uma pesquisa eficaz do ponto de vista axiológico, Weber defende a criação do conceito de “tipo ideal”. Este se caracteriza por um conjunto de premissas que o pesquisador constrói para realizar seus procedimentos empíricos investigativos em seu campo.

Ao propor a formação de tipos ideais, procura elaborar conceitos determináveis para o ato de pesquisar, condicionando a ele rigor conceitual. Em outros termos, a proposição busca criar condições favoráveis ao pesquisador em seu campo empírico, isto quer dizer, poderá trazer melhores possibilidades de reprodução parcial da realidade concreta. Ainda, neste campo, Weber advoga que nenhum sistema científico é capaz de reproduzir com fidelidade a realidade social em seus múltiplos prismas, daí a utilização de tipos ideais.

Desse modo, o tipo ideal serve como uma luz guia ao pesquisador dentro da floresta escura; porém, não precisa se aproximar fielmente da realidade concreta, e muito menos reproduzi-la com coerência. Pelo contrário, para Weber é interessante que a construção de tipos ideais afaste os pesquisadores da realidade vivida, pois só assim poderão amadurecer científica e axiologicamente.⁶

4 Tipo ideal, dominação e burocracia

O tipo ideal deve ser apresentado como um desenho racional da realidade, representando uma totalidade histórica única, obtida por meio de análises hipotéticas advindas da pesquisa. A burocracia e a educação em Weber se encaixam nesse perfil elaborado.

Para que se discutam os conceitos de burocracia/patrimonialismo em Max Weber, é preciso recuperar quais são as gêneses formadoras da burocracia e do patrimonialismo. Ambos têm origem comum, são frutos das noções de domínio e legitimidade. Existem, segundo o autor, três tipos distintos de dominação legítima. Cada uma delas pode ser buscada como modelo de imposição social, política e cultural.

A primeira forma de dominação organiza-se através da legitimação. Ela é a mais racional, tem por princípio básico o estabelecimento de regras racionais, legitimamente organizadas. A burocracia seria seu exemplo mais notório. Essa forma de domínio é a mais pessoal de todas, por isso sua caracterização pode ser reconhecida no estabelecimento do direito, seja via convenção ou pela outorga. O domínio legal se estabelece através de empreendimentos contínuos dentro das funções públicas que são instituídas pelas leis e distribuídas pelas competências administrativas de modo diferenciado. O chefe legal estabelecido ou as instâncias superiores devem obrigatória e estatutariamente obedecer e respeitar o princípio da impessoalidade do

⁶ O rigor científico e a neutralidade axiológica são dois momentos imprescindíveis e ao mesmo tempo formadores da sociologia compreensiva em Weber. Mesmo não sendo seu criador original há um super-dimensionamento por parte de Weber à noção de compreensão, como já apontava Fleury: "Weber atribui-lhe uma dimensão essencial já que a compreensão em Weber corresponde ao mesmo tempo a uma ética da probidade intelectual e à especificidade das ciências humanas e sociais. Resulta do conceito segundo o qual os fenômenos sociais provêm da actividade significativamente orientada dos agentes (...)" (2003, p. 25-26).

direito e orientar suas condutas profissionais seguindo tais pressupostos técnicos.

O segundo é a dominação tradicional. Como a própria designação sugere, o domínio acontece tendo como base a tradição e o apego a valores geracionais. Neste caso, observa-se que sua formação não é estruturada com base em uma hierarquia superior, escolhida profissionalmente, mas sim amparada em costumes familiares e/ou grupais. Ela estende-se pelo reino da pessoalidade, da intimidade. Os títulos são sempre pessoais dirigidos àquele líder em particular, todas as demandas são dirigidas não ao corpo burocrático administrativo, mas sim ao líder tradicional. Pondera-se que os governados dentro do domínio tradicional não são cidadãos na acepção do termo, são sim pares (no exemplo da gerontocracia) ou súditos que seguem normas ligadas à tradição e legitimadas pelas virtudes pessoais do soberano. “Segundo o humor deste, pode-se obter seus favores ou cair em desgraça” (FREUND, 2006, p. 168).

A terceira modalidade de dominação levantada por Weber é a carismática. Esse tipo de domínio é bastante excepcional, uma vez que se organiza sobre os atributos pessoais do líder. Seus reflexos podem ser percebidos tanto nas atividades políticas como também em outros campos sociais, como, por exemplo, a religião, a economia, entre outras. Diferente das outras duas, o domínio carismático requer grau mais elevado de pessoalidade entre o líder e seus seguidores. É estabelecido um vínculo emocional, e não racional, entre seus componentes. O estabelecimento dos laços de confiança tem seu assento na relação, muitas vezes irracional, entre os membros do grupo e o líder. Este tipo de ação caracteriza-se essencialmente pela desarticulação de uma continuidade legalmente firmada.

A extensão do domínio carismático é maior e mais abrangente quando comparado ao legal e ao tradicional. No primeiro caso, as regras e seus limites são criados e fixados pelo próprio líder, que acredita ter vocação para tal função. Dessa forma, o líder carismático exerce sua ação em uma perspectiva mais ampliada, não respeitando e invadindo outros territórios, exacerbando com sua intervenção características irracionais da conduta humana.

Apesar da ampliada influência da liderança carismática, o seu exercício, ao contrário dos domínios tradicional e legal, é frágil, tendo

vida útil curta. Essa fragilidade explica-se pelo fato de que o domínio através do carisma deve ser cotidianamente re-elaborado a fim conquistar novos seguidores. É vital para sua sobrevivência a contínua adaptação às condições políticas na qual o líder está inserido.

A constante conquista da fidelidade de seus servidores deve ser a preocupação central do líder carismático. Com a confiança e a lealdade de seus seguidores, o domínio carismático adquire força e estabilidade política. De outra forma, seu fracasso será inevitável, e a possibilidade do aparecimento de outra liderança carismática, enorme. É preciso esclarecer que as formas de domínio carismático, legal e tradicional são pensadas por Weber como tipos ideais, e, portanto, devem ser percebidas como tipologias construídas teoricamente, cujo grau de aplicação prática pode em muitas situações não corresponder à dinâmica da realidade social.

Em outros termos, representariam teórica e abstratamente formas de ação e relação social que os diversos grupos organizam quando entram em contato uns com os outros. Sendo assim, a ação social para Max Weber é sempre orientada pela conduta dos outros.

Cumprir mostrar que “os outros” podem ser enxergados pelo autor como agentes individualizados ou como agentes coletivos que empreendem suas ações dentro de um determinado círculo.⁷ Por outro lado, nem todo contato humano pode ser considerado como social. Neste caso específico, é preciso que haja uma determinada ação com sentido próprio dirigida para a ação dos outros.

Ao discutir as noções de burocracia na modernidade, Weber procurou compreendê-las como formações ideais, não sujeitas ao fluxo contínuo da história. Neste sentido, foram definidas algumas regras de funcionamento da burocracia moderna. Há que se levar em conta que, para o autor, a burocracia “rege o princípio de áreas de jurisdição fixas e oficiais, ordenadas de acordo com regulamentos, ou seja, por leis ou normas administrativas” (WEBER, 1999, p. 138).

A proposição inicial levantada argumenta que a burocracia serve como reguladora das atividades governamentais e como organizado-

⁷ Nem toda forma de ação é classificada por Weber como social. Talvez um dos exemplos mais notórios seja a conduta íntima. Ela é somente ação social quando é estabelecida e orientada pela ação dos outros. Dessa forma, a ação religiosa, quando prática isolada, como meditação ou contemplação espiritual, também não é considerada ação social.

ra das normas administrativas e legais. Por outro lado, dá o suporte necessário para que as autoridades governamentais executem suas funções rigorosamente delimitadas pela legislação pertinente. E, finalmente, estabelece o fluxo de deveres para as pessoas empregadas e qualificadas para aquele ofício.

A somatória de todas as medidas é constituidora da autoridade burocrática que pode, segundo Weber, organizar o corpus da administração moderna. Seu desenvolvimento pode ocorrer plenamente em diferentes terrenos, seja no campo público ou no privado. Para o autor:

A burocracia, assim compreendida, se desenvolve plenamente em comunidades políticas e eclesíásticas apenas no Estado moderno, e na economia privada, apenas nas mais avançadas instituições do capitalismo. A autoridade permanente e pública, com jurisdição fixa, não constitui a norma histórica, mas a exceção (...) (WEBER, 1999, p. 138).

Em outro momento, utilização da burocracia serviria como canal de separação entre as esferas pública e privada. De acordo com Weber, a organização moderna da burocracia é capaz de colocar em ambientes diferentes as atividades pessoais dos profissionais. Fato que geraria uma maior transparência na gestão financeira dos recursos e equipamentos públicos.

Ao cabo, Weber constataria que a burocracia moderna tornou-se uma das primeiras formas de poder, sendo a mais desenvolvida quando comparada a outras. Seu amadurecimento ocorreria, segundo ele, através da intervenção humana. Nesse momento, ocorreria a separação entre os profissionais qualificados e aqueles que não o são. O resultado mais notório seria a exclusão da participação pública e a ocultação de informações oficiais. A divisão entre funcionários ocorreria através de títulos acadêmicos. De acordo com Weber, tal segregação seria fator predominante para a construção de estamentos dentro do local de trabalho. Segundo o autor:

Naturalmente, essas certidões ou diplomas fortalecem o elemento estamental na posição social do funcionário. Quanto ao resto, esse fator estamental nos casos individuais é reconhecido explicita e impassivelmente; por

exemplo, na prescrição de que a aceitação ou rejeição de um aspirante a uma carreira oficial depende do consentimento (eleição) dos membros do órgão oficial (...) (WEBER, 1999, p. 141).

Em Weber, a burocracia adquire status de promotora da eficiência na gestão do ambiente público, mas ao mesmo tempo serve como legitimadora de castas sociais e hierárquicas dentro de empresas e repartições sejam elas governamentais ou privadas. Nesses casos, a burocracia funciona como a forma de dominação racional legal mais eficaz e duradoura. Ainda sim, Weber faz um alerta: mesmo com o fortalecimento de todos os processos burocráticos, a liberdade ainda continua a se fertilizar no terreno da história humana.

5 Burocracia e educação em Max Weber

A educação e o estabelecimento de sistemas educacionais centrados na hierarquia das salas de aulas revelam-se como palco privilegiado da formação da burocracia moderna. Embora não tenha dedicado seus esforços intelectuais e físicos sobre o tema da educação, pode-se, a partir de uma metodologia weberiana, propor mecanismos de trabalho que articulem as idéias de educação e burocracia na contemporaneidade. É bom lembrar que a burocracia é umas das formas de dominação mais eficazes segundo o autor. Seus limites estendem-se por diferentes modalidades sociais, entre elas a educação. Sem sombra de dúvidas, a prática educacional é uma das mais férteis para a legitimação da dominação, pois é nela que se constrói a divisão intelectual entre membros de um mesmo grupo social.

A educação é o meio mais propício para garantir que o dominado aceite pacificamente sua condição e se submeta cordialmente (para utilizar um termo cunhado por Sérgio Buarque) ao domínio burocrático exercido pelo outro ou pela instituição. Nesse momento, para seu pleno sucesso, é preciso criar todo um aparato técnico e intelectual para a sustentação do mecanismo burocrático.

Weber procurou observar a formação educacional da Europa de sua época, analisando alguns centros educacionais destinados à educação de jovens. A conclusão do autor é que tais instituições são construídas com o claro objetivo de trabalhar a “formação cultural” que serve de amparo para a burocracia moderna (CARVALHO, 2005).

Com o advento do capitalismo e sua burocratização, o ensino e a educação especializada adquirem papel importante na formação de quadros técnicos gabaritados para exercerem as funções que lhes são destinadas. Para além do aumento de competência profissional, a aquisição de diplomas de cursos superiores, técnicos e outros serve como forma de separação e classificação hierárquica dentro de setores públicos e privados.⁸

A criação e organização de um corpo de funcionários tecnicamente habilitados através de títulos e diplomas superiores serviriam como maneiras de construir/aplicar normatizações técnicas e sociais que serviriam de parâmetro para toda a sociedade. A constituição dessas novas regras sociais seria aplicada pelo corpo de funcionários qualificados, que através da educação formariam uma sociedade avançada do ponto de vista educacional e cultural.

Para Weber, a busca pela qualificação profissional e a consequente “disputa” por títulos acadêmicos serviria, entre outras, como passaporte para a entrada em círculos sociais mais respeitáveis. Quanto maior o grau de preparo profissional mais possibilidades de se obter remuneração salarial mais elevada, bem como, aposentadoria assegurada.

O que se pode observar é que, em determinadas situações, a utilização indiscriminada dos títulos acadêmicos e escolares como forma de distinção social e caminho para o acúmulo de bens materiais faz com que a pessoa seja excluída em detrimento da riqueza e da prosperidade (WEBER, 1999). Em outros termos, o homem acaba eliminando a si próprio em função de sua incessante busca por status e privilégios sociais. Nesse caso específico, a porta de entrada seria através da conquista de títulos, fato que, segundo Weber, quando usados indiscriminadamente e como forma de obtenção de prestígio social e lucro, levaria a completa anulação do sujeito.

Todavia, não são todas as modalidades de prestígio social que podem ser encaixadas como oriundas da burocracia moderna. Existem algumas, conclui Weber, que se baseiam em fundamentos distintos. Tais categorias podem ser observadas em sociedades que se articulam sobre pilares diferentes, isto é, “na dominação teocrática, feudal, helê-

⁸ De acordo com Weber: “o aperfeiçoamento dos diplomas, o clamor pela criação de atestados de formação em todas as áreas, em geral, servem à constituição de uma camada privilegiada nos escritórios públicos e privados” (1999, p. 231).

nica, na antiga burocracia patrimonial chinesa” (CARVALHO, 2005, p. 05). Nesse sentido, os antigos processos educacionais chineses tinham como finalidade não a formação de especialistas tecnicamente preparados, mas de cidadãos cultos e socialmente participativos.

Os resultados seriam: “a personalidade culta no sentido cavaleiresco ou ascético ou – como na China – literário ou – como na Grécia – ginástico-musical-humanista ou, como entre os anglo-saxões, na forma convencional do gentleman, era o ideal educativo determinado pela estrutura de dominação” (WEBER, 1999, p 232).

As atitudes de pertencimento a uma determinada categoria não se referiam a um saber especializado: “num mais de qualidade cultural” (WEBER, 1999, p 232). Weber acrescenta que, com o advento da burocracia moderna, essas características mencionadas tendem a se perder: “tanto na formação helênica quanto na medieval e na chinesa, elementos totalmente distintos dos ‘úteis’ para determinada especialidade constituíam o centro da educação” (WEBER, 1999, p. 232).

Ao perceber a educação como um caminho seguro de capacitação do indivíduo, treinando-o para obedecer às regras sociais fixas, Weber comenta que, assim, muito mais que ensinar para a liberdade, o modelo representaria uma total submissão do sujeito à máquina burocrática. Esse perfil educacional levaria a um intenso processo de anulação do indivíduo.

O ato de educar deveria ser encarado como um desafio de formação de mentes preparadas para atuarem no futuro daquele determinado país. Nessa situação, o professor teria um papel primordial, cabendo a esse profissional a responsabilidade e o rigor ao ensinar seus aprendizes, sendo o único agente social habilitado, com capacidade intelectual e pedagógica para formação de alunos e futuros cidadãos.

O professor deveria ter, ao ensinar, o compromisso com a liberdade intelectual dos jovens educandos. Para tal, é importante que consiga compartilhar o mesmo grau de seriedade em todas as suas atividades profissionais, ou seja, no ensino, na pesquisa e na extensão.

O espaço acadêmico e educacional deveria ser livre de quaisquer constrangimentos ou interferências externas. Acima de tudo e de todos, deveria prevalecer é a liberdade acadêmica e de pesquisa. Somente

assim, o compromisso com a verdade epistemológica, com o amor à livre prática investigativa viria à tona. (CARVALHO, 2005).

A ideia de um ensino acadêmico livre de pressões políticas era um dos ideais que Max Weber perseguia. Na condição de pensador liberal, o autor empreendeu uma verdadeira cruzada contra a dominação burocrática que prevalecia no ensino superior alemão à época.

Através de artigos especializados e textos publicados em jornais de grande circulação na Alemanha, Weber posicionou-se vorazmente contrário ao estágio em que se encontrava a universidade alemã, que, segundo ele, padecia com interferências externas oriundas de outros organismos sociais. O resultado mais visível dessa intromissão seria a perda da dignidade acadêmica dos professores alemães. Para Marianne Weber: “a universidade como ele imaginava não deveria ser uma ‘igreja’ nem uma ‘seita’ nem uma instituição defensora do Estado, mas um foro de liberdade e luta intelectual” (WEBER, 2003 p. 354).

Marianne Weber, feminista destacada, esposa e biógrafa de Weber, comenta que a liberdade acadêmica existente na Alemanha era completamente distante daquela propugnada por ele. Ela escreve, na interessante e necessária biografia de Weber, que muitos colegas de cátedra do marido rejeitavam e criticavam suas posições sobre a universidade e a produção do conhecimento científico. Seus críticos contra-argumentavam que a função primeira da universidade alemã era formar jovens cidadãos dóceis e prontos para servirem e atuarem em favor do Estado e da Igreja. Desse comportamento acadêmico pode-se deduzir que o professor, muito mais que ser qualificado para ofício docente, deveria ter como pressuposto a subserviência às autoridades estatais e eclesiásticas. A completa falta de autonomia universitária se justificaria pelo medo de que críticas ao Estado e ao governo causassem a demissão dos professores de suas cátedras.

Para Weber, a liberdade acadêmica de seu país estava seriamente comprometida quando professores voltavam sua atuação exclusivamente para demandas estatais e políticas, esquecendo-se da produção do conhecimento científico e racional. Esse seria, segundo o autor, um traço negativo da burocracia no segmento educacional.

Ele argumenta que o espaço universitário deve ser marcado pela livre expressão política e científica. A sala de aula deveria ser concebida

como o lugar onde o professor pudesse livremente tecer críticas ao Estado e suas autoridades políticas dirigentes.⁹

É observado pelo autor que o sistema de educação superior que vigorava sujeitava os professores às amarras burocráticas produzidas pelo Estado. A continuidade, bem como a superação do processo, dependeria inexoravelmente de seus agentes executores. São os homens que estão no comando de todas as ações realizadas em sociedade.

A educação teria um papel fundamental e imprescindível; seria a catalisadora das transformações sociais. Porém, a sociedade deveria aprender a separar as ações políticas dos empreendimentos científicos e acadêmicos. O professor e sua ciência não podem propor a criação de leis gerais e universalmente aplicáveis, como propugnavam Durkheim e Marx. Discordando frontalmente do primeiro, Weber concluirá que à ciência não cabe a construção de normatizações evolutivas para o futuro e o pesquisador não pode ter essa pretensão. A ciência por si só não é capaz de apresentar, como já havia sugerido Durkheim, soluções futuras para os problemas estruturais. Caberia à ciência tão somente o estabelecimento de premissas para o presente (CARVALHO, 2005).

Através da construção de um processo educativo e da formação educacional especializada, obter-se-ia a racionalização do conhecimento científico que superaria a irracionalidade dos saberes vulgares e das pré-noções não acadêmicas. A condição essencial para que ocorra o ordenamento de um corpo burocrático que sirva como base para a formação de um conhecimento academicamente sólido.

Um alerta: a estruturação da burocracia escolar em momento algum deve se interpor, obstaculizando a liberdade de ensino e pesquisa. A compreensão de liberdade em Weber diferia substancialmente da de outros sociólogos. Para ele, a liberdade não seria a opção pela melhor oportunidade, pelo contrário, não haveria nenhuma garantia para que ocorresse dessa forma, o que existiria seria o risco da instabilidade social e pessoal. De acordo com Carvalho:

A liberdade a que se refere não é entendida como escolha do melhor, daquilo que se deve fazer, no sentido de uma hierarquia ética que culminaria em uma sociedade

⁹ Weber faz um alerta: a sala de aula deve ser o espaço por excelência do debate e da crítica, seja a um organismo estatal, seja a um dirigente político. Todavia, o professor não poderia tornar públicas suas críticas e discordâncias sociais.

solidária, harmoniosa e perfeita. A liberdade, para Weber, não traz em si a garantia e, sim, o risco, do qual pode resultar tanto o bem quanto o mal (2005, p. 54).

O valor da liberdade não é uma escolha racional, ele é a própria liberdade. A racionalidade estaria nos cálculos para atingir a tão almejada liberdade. Porém, sua plena realização não excluiria a possibilidade de resultados imperfeitos (CARVALHO, 2005). A educação seria um dos caminhos para atingir este fim. Quando isso ocorre, as escolas não estimulariam a livre iniciativa de aprendizagem dos alunos, negando quaisquer conhecimentos prévios que os estudantes trazem consigo.

Através dessa concepção educacional, o ato de aprender deve ser padronizado, isto é, todos devem estudar, compreender e aprender no mesmo ritmo. Para tal, os conteúdos deveriam ser ministrados da mesma maneira, independentemente das condições nas quais as turmas estariam inseridas. Cabe ao aluno, e esse seria seu papel, receber passivamente os conteúdos ensinados por seus mestres.

Os professores determinariam, antecipadamente, qual seria o tempo de aprendizagem de cada aluno. Os parâmetros de ensino e aprendizagem seriam organizados externamente de acordo com os princípios reguladores da sociedade altamente burocratizada.

Mesmo se postando como oposição, Weber argumentava, criticamente, que, na Alemanha, os princípios pedagógicos centravam-se em formações educacionais burocráticas, gerando e fortalecendo, dessa forma, todo um sistema de organização social e política centrado na burocracia estamental.

A relação dos sujeitos sociais com os valores é a demarcação mais importante de toda a teoria. Essa é, talvez, uma das “escolhas” mais conhecidas no campo epistemológico weberiano. Aí se encontrariam os elementos centrais do processo de organização dos modos de ação de acordo com os critérios de preferência previamente determinados pelo autor alemão.

6 Palavras finais

A abordagem aqui estabelecida possibilitou uma ampla visualização do núcleo central dos fenômenos racionais constituidores da burocracia e da educação, destacando essencialmente quais seriam seus resultados, quando confrontados com a realidade social. Para Weber, portanto, os resultados obtidos através da educação escolar formal devem ser considerados proposições de fatos observáveis.¹⁰

Em resumo, se pode retirar das propostas weberianas elementos que servem de subsídios para construção de hipóteses de pesquisas centradas no tema da educação. Em uma observação mais rápida, percebem-se aspectos do domínio burocrático em sala de aula. O rigor disciplinar de algumas instituições de ensino, a disposição dos alunos em sala, as listas de presença sinalizariam nesse sentido.¹¹

Referências

CARVALHO, Alonso Bezerra. **Max Weber: modernidade, ciência e educação**. São Paulo: Vozes, 2005.

_____. **Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FLEURY, Laurent. **Max Weber**. Lisboa: Edições 70, 2003.

FREUND, Julien. **A sociologia de Max Weber** 5ª Ed.. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **Max Weber entre a paixão e a razão**. 3ª Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

¹⁰ Vem daí a posição de Weber quanto ao “zelo” do cientista social com seu objeto de estudo. Entende-se o termo como o rigor metodológico aos métodos aplicados pelo pesquisador em sua atividade intelectual. O rigor do método passaria, seguramente, de acordo com Weber, a constante comprovação dos resultados da pesquisa, mas, sobretudo, na suspensão definitiva dos juízos de valores (SAINT-PIERRE, 2004).

¹¹ Weber argumenta que as escolas com seus aparatos técnicos e métodos educacionais tornam-se um terreno fértil para a propagação e manutenção da burocracia. Portanto, a educação seria o ambiente propício para a formação de homens e mulheres atentos e obedientes à ordem pública e social.

WEBER, Marianne. **Weber uma biografia**. São Paulo: Casa Jorge Editorial, 2003.

_____. **Economia e Sociedade**, 2 v. Brasília: UnB, 1999.

WINDELBAND, W. **Historia general de la filosofia**. Barcelona: El Ateneo, 1970.

João Alfredo Costa de Campos Melo Júnior
E-mail: joao.melo@ufv.br

Artigo recebido em setembro/2009.
Aprovado em abril/2010.